



ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Maio/2008 a Abril/2009)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.465.970.696,32	232.868.531,24
Pessoal Ativo	1.736.814.118,20	152.656.754,59
Pessoal Inativo e Pensionistas	729.011.219,94	80.171.617,95
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	145.358,18	40.158,70
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	335.981.986,73	138.727.581,14
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	18.798.560,70	315.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.106.742,21	134.288.581,14
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	310.076.683,82	4.124.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.129.988.709,59	94.140.950,10
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	2.224.129.659,69	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	420.877.832.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,528450	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	5.092.621.767,20	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)	4.837.990.678,84	

Fonte: Receita: STN; Despesa: SIAFI GEREENCIAL.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

BEATRIZ DE FÁTIMA E SILVA MEZENCIO
Secretária de Controle Interno

ANTÔNIO FRANCISCO AMARAL
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Substituto

SENADO FEDERAL

ATO Nº 202, DE 28 DE MAIO DE 2009

Approva o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2009.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e, 55, inciso I, Alínea "a" e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de maio/2008 a abril/2009, na forma do Anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador JOSÉ SARNEY

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2008 A ABRIL/2009

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS maio/2008 a abril/2009	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.317.841	0
Pessoal Ativo	1.601.867	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	715.974	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	603.900	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.688	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	199.390	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	395.822	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.713.941	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.713.941
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	420.877.832	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	0,41	
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%	3.619.549
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,82%	3.451.198

FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 276, de 19 de maio de 2009.

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
Foram computados no cálculo da despesa bruta com pessoal ativo, os gastos com auxílio-creche, registrados no período de janeiro a abril de 2009, no valor de R\$ 1.124.744,24.

EDVAL FERREIRA SILVA
Diretor Financeiro

SHALOM EINSTOSS GRANADO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 28 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 71, caput e seus § 1º e § 3º da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 e na Mensagem nº 338, de 20 de maio de 2009, resolvem:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo a esta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União na Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 1, de 27 de março de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Min. GILMAR MENDES
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

Min. CARLOS AYRES BRITTO
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. CÉSAR ASFOR ROCHA
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

Min. MILTON DE MOURA FRANÇA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito
Federal e dos Territórios

ANEXO

LIMITE INDISPONÍVEL PARA EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
R\$ 1,00

Órgão	Valor	
10.000	Supremo Tribunal Federal	16.036.175
11.000	Superior Tribunal de Justiça	4.048.220
12.000	Justiça Federal	25.908.997
13.000	Justiça Militar	777.993
14.000	Justiça Eleitoral	29.411.585
15.000	Justiça do Trabalho	33.783.210
16.000	Justiça do DF e Territórios	9.659.833
	Total	119.626.013

PORTARIA Nº 100, DE 27 DE MAIO DE 2009

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2009, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAI/2008 A ABR/2009

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	252.673	19.720
Pessoal Ativo	163.563	19.116
Pessoal Inativo e Pensionistas	89.110	604